



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE MARÇO DE 2009

Cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRHs e estabelece diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando o inciso VI do artigo 1º da Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

Considerando que o artigo 4º da Lei nº 9.433, de 1997, prevê que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

Considerando o disposto na Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, em especial o seu artigo 5º, segundo o qual a área de atuação de comitês de bacia será estabelecida, entre outros requisitos com base na Divisão Hidrográfica Nacional, incluída no Plano Nacional de Recursos Hídricos; e

Considerando que o Sub-Programa I.4 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, cujo detalhamento foi aprovado pela Resolução CNRH nº 80, de 10 de dezembro de 2007, prevê a elaboração de estudos para a definição de unidades territoriais e para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão; resolve:

Art. 1º Criar Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União - UGRH, conforme Anexo desta Resolução, e estabelecer diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica.

§ 1º As UGRH são classificadas como Nacionais e Regionais.

§ 2º A criação de comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União observará a área de atuação definida para as UGRH e as disposições estabelecidas na Resolução CNRH nº 05, de 2000.

§ 3º As UGRH poderão ser redefinidas nas revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a partir de 2014.

Art. 2º A criação de comitês de bacia hidrográfica para as UGRH Regionais poderá ser proposta pelos Estados, atendidas as seguintes condições:

I - edição de atos normativos dos Estados atribuindo ao comitê da área abrangida pela UGRH Regional o exercício das competências legais relativas a comitê de bacia previstas nas

Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, ressalvada, a critério dos Estados, a área de atuação de comitês já instalados na referida UGRH;

II - vigência de norma, no âmbito dos Estados com área abrangida pela UGRH, estabelecendo a alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos entre os respectivos Estados, aprovada por seus Conselhos de Recursos Hídricos;

III - delegação, pela Agência Nacional de Águas, da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União na respectiva UGRH; e

IV - demonstração da sustentabilidade financeira da secretaria-executiva do comitê de bacia hidrográfica.

§ 1º O Plano de Recursos Hídricos da respectiva UGRH deverá observar o disposto no inciso II deste artigo e ajustá-lo, quando necessário.

§ 2º A Agência Nacional de Águas e os órgãos competentes no âmbito dos Estados estabelecerão a forma de garantia da sustentabilidade financeira da secretaria-executiva do comitê.

§ 3º A instituição do comitê de bacia hidrográfica será aprovada pelo CNRH e efetivada por Decreto do Presidente da República.

§ 4º No processo de criação de comitês de bacia hidrográfica, os Estados proponentes, de comum acordo, poderão agregar, à área da respectiva UGRH Regional, bacias hidrográficas de rios de domínio estadual contíguas.

Art. 3º Após a criação do comitê de bacia de que trata o artigo 2º desta resolução, o CNRH poderá delegar aos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados - CERHs com área abrangida pela respectiva UGRH Regional as seguintes competências em corpos d'água de domínio da União:

I - aprovar o enquadramento dos corpos de água em classes definidas pela legislação ambiental vigente;

II - definir critérios, mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos;

III - delegar competências de agência de água a organizações civis de recursos hídricos listadas no artigo 47 da Lei nº 9.433, de 1997, nos termos dos artigos 43 e 51 da referida Lei, e da Lei nº 10.881, de 09 de junho de 2004; e

IV - deliberar sobre as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, nos termos do inciso V do artigo 38 da Lei nº 9.433, de 1997.

Parágrafo único. As deliberações dos comitês de bacia hidrográfica, relativas às atribuições delegadas pelo CNRH, deverão ser aprovadas pelos respectivos CERHs.

Art. 4º A delegação de competência pelo CNRH, prevista no artigo 3º desta Resolução, será revogada quando constatado o descumprimento de qualquer das condições estabelecidas no artigo 2º desta Resolução.

Art. 5º Os comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União deverão encaminhar para apreciação do CNRH, anualmente, até o dia 31 de março do ano seguinte, relatório de atividades contendo, no mínimo:

I - regimento interno;

II - composição, identificando os segmentos e seus respectivos representantes, apresentando nomes e contatos;

III - nome, telefone e endereço eletrônico dos membros da diretoria;

IV - estrutura organizacional, como câmaras técnicas e grupos de trabalho, informando os temas em discussão;

V - convocações das reuniões com as respectivas pautas, atas com lista de presença e documentos relativos às matérias em discussão; e

VI - resoluções, moções e demais atos deliberativos resultantes das respectivas atuações.

§ 1º No caso de comitês de UGRH Regionais o relatório de atividades deverá ser encaminhado aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que, por sua vez, os remeterão ao CNRH até o dia 31 de maio.

§ 2º O relatório de atividades deverá ser apresentado por meio impresso e eletrônico, podendo os documentos previstos nos incisos I a VI do *caput*, ser apresentados somente em meio eletrônico.

§ 3º A Secretaria Executiva do CNRH disponibilizará modelo de relatório a ser adotado pelos comitês de bacia hidrográfica para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 6º Os comitês das UGRH Regionais deverão, juntamente com a apresentação do relatório previsto no artigo 5º desta Resolução, encaminhar comprovação da manutenção das condições previstas no artigo 2º desta Resolução.

Art. 7º A condição definida no inciso II do artigo 2º desta Resolução constará, obrigatoriamente, da proposta de instituição de comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MINC BAUMFELD
Presidente

VICENTE ANDREU GUILLO
Secretário Executivo

ANEXO
Folha (1/2)

Região Hidrográfica	UGRH Nacional	UGRH Regional
Amazônica	Amazônica	
Tocantins-Araguaia	Tocantins-Araguaia	
Atlântico Nordeste Ocidental		Gurupi
Parnaíba		Parnaíba
Atlântico Nordeste Oriental	Piranhas-Açu	Curimataú-Jacu ; Goiana-Litoral Sul da PB ; Una-Jacuípe; Mundaú-Paraíba
São Francisco	São Francisco (incluindo Bacia do Rio Verde Grande)	
Atlântico Leste		Vaza Barris; Real; Jequitinhonha; Pardo; Mucuri-Itanhaém-Buranhém- Extremo Sul da Bahia Alto; Itaúnas; São Mateus
Atlântico Sudeste	Doce/Barra Seca; Paraíba do Sul	Itabapoana; Ribeira do Iguape-Litoral Sul SP
Paraná	Paranaíba; Grande; Iguaçu; PCJ (Piracicaba- Capivari- Jundiaí); Paranapanema	
Uruguai	Uruguai	
Atlântico Sul		Mampituba; Jaguarão-Lagoa Mirim
Paraguai	Paraguai	

